

COMENTÁRIOS E NOTÍCIAS

Reflexões sobre o Curso do I. N. I. I. *

«A Organização da Informação Técnica do Interior da Empresa»

O Homem cada vez sabe menos de tudo. Em compensação, tem cada vez mais possibilidade de saber tudo sobre determinado assunto.

O Homem tem sido a medida de todas as coisas. Agora é o computador que dá novas medidas a tudo.

Passadas algumas semanas sobre a realização deste Curso e amadurecidas algumas noções lá aprendidas (temporãs para a nossa cultura e maneira de ser), vamos tentar transmitir o que dele ficou e que pode servir para a generalidade das pessoas.

O retrato da época que atravessamos é pintado com expressões chocantes: «explosão demográfica», «aceleração da história», «invasão dos estabelecimentos de ensino», «explosão de conhecimentos» transmitidos através de «montanhas de documentos», «transformação de mentalidades», etc. Vivemos já não numa era de evolução normal mas de alteração cada vez mais veloz. As surpresas são de todos os dias; as velocidades, os records, suplantam-se em ritmo efervescente; o acesso ao ensino ultrapassa todas as previsões; o comércio e indústrias artesanais organizam-se em moldes de produção e distribuição em massa; o cálculo cerebral, da ordem dos minutos e das horas, alcança resultados semelhantes em microns de segundo, através de cérebros electrónicos; a informação, matéria cara, só utilizável por elites, até há pouco, é agora acessível a todos os níveis.

A revolução de processos de gestão e de fabricação em curso, causará efeitos mais sensíveis do que a do século XIX, com a introdução da máquina a vapor nas fábricas. Chega-se mesmo a afirmar que terá efeitos superiores aos da invenção da escrita, na história da humanidade.

É bem verdade que, há alguns anos, qualquer licenciatura universitária valia para toda uma vida. Os conhecimentos adquiridos como básicos, eram aplicáveis para sempre, caldeados com os que a experiência fornecia. Nos tempos que correm, quem não queira ficar sentado nos últimos lugares da classe humana, não pode parar de obter conhecimentos, pelo menos numa dada especialidade. Alguns desses conhecimentos vêm negar aqueles que se tinham como certos há milénios; outros, que nunca tinham sido pensados antes. Não se pode conceber, mais, por outro lado, uma formação de grau superior, ou mesmo médio, à luz de conceitos

* *Nota da Redacção* — O Instituto Nacional de Investigação Industrial, de colaboração com o seu Centro de Documentação e Informação, promoveu de 14 a 17 de Março de 1969, um curso relativo à «Organização da informação técnica no interior da empresa», dirigido pelos engenheiros belgas Van Slype e R. Delveux, do Bureau Marcel Van Dijk, e que decorreu nas instalações da Corporação da Indústria, na rua Carlos Festa, em Lisboa. O Curso teve a participação de mais de cinquenta bibliotecários, documentalistas e todos os interessados em matéria de tanta utilidade para a empresa.

restritos, vigentes até agora. Um economista, um químico, um regente agrícola, um bibliotecário não podem ter a mesma preparação de há anos. As necessidades de conhecer não se compadecem com vias muradas, sem transversais. O caminho agora é mais largo e de rumo variável. Os franceses designam por «sciences carrefour» as realidades científicas do mundo actual. Um economista que queira aplicar os seus conhecimentos numa empresa moderna tem de saber «marketing» e «gestão previsional», por exemplo; um químico, se quiser estar a par com as últimas descobertas da técnica industrial, deve estar ao corrente das tendências económicas e dos avanços em biónica; um regente agrícola eficiente tem de conhecer mecânica e ter o hábito da leitura técnica; um bibliotecário útil ao progresso deve saber línguas e reprografia...

As novidades científicas não cessam de surgir aqui e acolá; criam-se ciências novas ou processos inéditos de fazer coisas velhas.

Tudo isto se insere nestes números, realmente impressionantes: considerando toda a existência da Humanidade, desde que há conhecimento aproximado do seu quantitativo, pode calcular-se em cerca de 1% desse total, os 3 mil e tal milhões de pessoas actualmente vivas. Considerando, por outro lado, todos os homens de ciência que viveram no Mundo até à nossa época, sabe-se que estão vivos agora 90%. Para servir as necessidades destes investigadores e cientistas, há que revitalizar os processos de criação, conservação e difusão daquela matéria essencial à vida moderna que é a *informação*.

Como os meios de informação progridem geomêtricamente, não é possível ao próprio interessado saber o que lhe convém consultar, para basear os seus estudos. É aí que aparece o documentalista, mais ou menos especializado em determinado ramo da ciência, mas conhecedor de processos expeditos de atingir, rápida e eficientemente, o cerne do problema que o utilizador do fundo documental deseja resolver, através do fornecimento de meios escritos onde esse problema é tratado e, eventualmente, resolvido, aliviando o investigador do trabalho de percorrer caminhos já desbravados por outros.

Para realizar este trabalho o documentalista deve ser um elemento dinamizador do fundo documental que explora. A este propósito apontam-se 5 gerações nos métodos de gestão documental.

1.º — Antes de 1900. Caracterizada por uma ausência de método. Existiam apenas bibliotecas-arquivos, cuja sistematização estática era baseada na arrumação dos documentos nas estantes.

2.º — Nos primeiros anos do século. Vulgarizam-se os *ficheiros* de autores e de assuntos a utilizar pelos próprios interessados em encontrar os documentos pertinentes ao assunto a estudar.

3.º — Cerca de 1945, aparecem os índices dos ficheiros existentes, a distribuir pelos interessados por um determinado assunto, submetido ao mesmo índice.

4.º — Depois de 1965, mecanizam-se os ficheiros, aparecendo o sistema «Selecto», de ficha perfurada e a *microficha*, fotografada, a utilizar apenas pelo documentalista, de acordo com processos próprios de manuseamento.

5.º — Depois de 1970, será a época do ficheiro registado em *banda magnética*, codificada ou não, reproduzível em ecran catódico junto de cada utente, através de ordenador electrónico. (Note-se, nesta sucessão de datas, a aceleração da história).

Toda esta evolução põe em evidência o papel, cada vez mais destacado, do encarregado da gestão de um fundo documental: de simples conservador de publicações, o bibliotecário passa a animador, a dinamizador dos documentos a serem utilizados por um sector de utentes, tanto quanto possível ilimitado.

E, quanto mais extenso for esse fundo documental, mais difícil se torna aos utentes poderem abarcar tudo o que lhes possa interessar, sem uma prévia triagem, feita por um entendido. Essa escolha pode ser feita numa primeira fase, marcando nas publicações originais que ao utente interessam, de acordo com o que os franceses chamam o «profil» respectivo, só aquilo que esteja ligado directamente com esse perfil, às vezes temporário. Desta forma não tem o interessado de estar a esbulhar, dentre um complexo de capítulos, artigos, relatórios, etc., aquilo que procura. Numa segunda fase, os originais das publicações nem sequer chegam às mãos do utente, devido a ter-se ultrapassado um quantitativo documental que implique já um tratamento aturado das fontes documentais; o que ele recebe são boletins, de tipos variados, com os sumários, os resumos sintéticos ou analíticos, do último material entrado na Biblioteca. Por aí ele decide se quer ou não receber determinado artigo de publicação periódica, ou capítulo de livro, ou relatório de congresso, o qual lhe é fornecido em fotocópia, microficha, ou resumido mais extensamente, todo este material elaborado pelo pessoal ao serviço da Biblioteca. Quer dizer: tende-se para deixar de dar aos utentes acesso aos originais das publicações. Isto implica várias coisas: do lado dos utentes, uma mudança de mentalidade: toda a gente gosta de beber na fonte original e não ser abastecido por produtos «ersatz». Em compensação, recebe material de leitura concisa e precisa que vai directamente ao fim que lhe interessa. Por outro lado é necessário ter montado um sistema de elaboração de resumos (pessoal habilitado), de reprodução rápida (máquinas) e de difusão. Em compensação não se corre o risco de extravio de documentos.

Toda esta acção acarreta grandes investimentos. Entra em jogo outra necessidade de transformação da mentalidade actual: a *cooperação*.

Sabe-se que 75% das despesas com o tratamento das informações são para a fase do *registo* e os restantes 25% para a *exploração*. É nítido desperdício estar a comprar, seleccionar, fichar, catalogar, indexar e armazenar o mesmo documento três, quatro, uma dúzia de vezes, em locais diversos, quando um só, convenientemente difundido, pode servir a todos esses locais, como único contra do atraso com que é feita a entrega da sua reprodução. O ideal, já estudado e tentado em alguns países, seria um serviço público nacional que centralizasse essa fase do registo de *toda* a documentação. Mas, sem querer ir tão longe, é fácil alvitrar um sistema semelhante, entre Universidades, entre empresas ligadas geográfica ou sectorialmente, entre departamentos públicos, etc., etc.

Os exemplos no estrangeiro são tão numerosos que não é lícito pensar nos possíveis defeitos da *cooperação*. E é tanto mais rentável quanto é certo que há já empresas que se dedicam quase exclusivamente à difusão de documentação, mediante uma assinatura temporária abrangendo todos os seus serviços, ou o pagamento esporádico de um fornecimento isolado.

Servem de base para a tese da *cooperação* dois trabalhos recentes: os *Rapports Boutry* e *Weinberg*.

É claro que o alargamento da fase de registo e de exploração para uma quantidade de documentos que cubram um número razoável de utentes exige meios mecânicos de tratamento da *informação* (forma eufemística de querer falar de meios electrónicos). Estes processos são normalmente caros. Mas como a despesa inicial é dividida por vários orçamentos, reduzindo apreciavelmente a mão-de-obra, tornam-se económicos em pouco tempo de utilização.

Os computadores não são uma panaceia universal contra o atraso ou a desactualização de processos de gestão, seja de que nível for. É necessário evoluir, ou melhor, passar de uma geração de espírito retrógrado para uma maneira de pensar progressista, se se quiser encarar a hipótese de integrar um mecanismo, que trabalha a velocidades, até há pouco inconcebíveis, numa organização rotineira, estática. E é muito mais difícil preparar e pôr

a funcionar o elemento humano do que o mecânico, seja numa empresa, seja no ensino, seja na administração.

Qualquer atraso na evolução técnica ou na adopção de novos processos implica uma quase impossível recuperação, perante os que se mantiveram na primeira fila do progresso. Só estes terão possibilidades de captar as primícias da tecnologia e, com estas, novos avanços que mais relegarão os atrasados para longe.

Veja-se no campo da documentação e, como exemplo, o que está a passar-se com a CDU. As suas estruturas rígidas e auto-limitadas não têm acompanhado a evolução das realidades científicas e técnicas. E mesmo nos ramos onde havia espaços vazios para classificação de coisas novas, se tem andado a velocidades impróprias da nossa época, atrabiliando-se as comissões revisoras em discussões estéreis que a pouco têm conduzido. O que é facto, é que as necessidades modernas de classificação se têm servido de outros meios. Durante este Curso foram indicados ou mostrados numerosos exemplos de «thesaurus» de palavras-chave estudados para servir organismos, institutos de investigação, empresas, etc., cuja especialidade e profundidade de classificação exigia meios mais eficientes dos que os que se podiam extrair da CDU. Algumas destas linguagens novas servem também para os ordenadores electrónicos.

Em detrimento duma linguagem universal, como a CDU, desenvolve-se uma linguagem privada, mas sem dúvida, mais útil aos que dela se servem. E é este critério, afinal, que deve ser o norte de um Centro de Documentação ou Biblioteca: o interesse dos que dele se utilizam. Vale a pena ser obrigado a ter um especialista encarregado de explorar um fundo documental (o qual podia ser acessível a toda a gente através da CDU), se o processo de acesso à informação for mais explícito, rentável e rápido.

As possibilidades postas ao serviço da informática pela electrónica ultrapassam permanentemente o conhecimento actual de uma pessoa, porque em qualquer parte do mundo está sempre alguém a melhorar um processo, a inventar um dispositivo diferente, a acelerar a velocidade de um circuito... É talvez esse, para a nossa maneira de ser, ritmada ao sabor das valsas e cristalizada na desventura do fado, o «defeito» da electrónica: a altíssima celeridade de obtenção de resultados e de renovação de elementos, cujo aumento se processa, às vezes, semana após semana...

Se alguém se detém para fazer a pergunta: «onde iremos parar?», pode, desde logo, ter uma certeza: não irá muito mais longe! (RUI AMADOR).

Na morte de António Magalhães

Morreu António Manuel Magalhães, e com ele partiu mais um defensor estrénuo desta nobre causa em que os bibliotecários e arquivistas andam envolvidos — a sua valorização profissional, técnica, económica, de maneira a terem a consideração social a que devem aspirar todos aqueles que possuem *realmente* alguma coisa de útil e de valor a dar ao meio em que vivem!

Sempre entusiasta, sempre acarinhando todas as iniciativas, António Magalhães era o colega em quem se confiava e se contava para as horas boas e más horas desta campanha de valorização em que estamos empenhados.

Nascido em Ribalonga, concelho de Carrazeda de Ancyães, em 1919, frequentou o liceu Rodrigues de Freitas, do Porto, e licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas da Facul-

dade de Letras da Universidade de Coimbra em 1943, onde completou também o curso de Ciências Pedagógicas em 1944 e o de Bibliotecário-Arquivista em 1945. Após a sua formatura, dedicou-se ao professorado do Ensino Técnico, ingressando depois como terceiro-bibliotecário nos quadros da Biblioteca Pública Municipal do Porto aos 11 de Setembro de 1948. A sua carreira na primeira biblioteca municipal do País foi brilhante e em 1 de Março de 1954 ascendeu a segundo-bibliotecário, em 1960 subiu a primeiro-bibliotecário, mediante provas públicas onde sempre revelou as suas qualidades de inteligência. Em 12 de Dezembro de 1966 António Manuel Magalhães passou a desempenhar as funções de bibliotecário-chefe da Biblioteca Municipal, onde fora provido pela ordem de serviço n.º 490/66, de 3 de Dezembro de 1966. No impedimento do Doutor António Cruz, em comissão de serviço na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Assembleia Nacional, foi nomeado em 7 de Novembro de 1962, em comissão extraordinária de serviço, director da Biblioteca Pública Municipal do Porto. Foi ainda professor na Escola Infante D. Henrique e no Colégio Almeida Garrett, onde ensinou História e Filosofia. Faleceu no Porto no dia 21 de Fevereiro de 1969.

Participou sempre com o maior entusiasmo nos três Encontros de Bibliotecários e Arquivistas até hoje levados a cabo. Assim, no I Encontro, realizado em Coimbra em Abril de 1965, apresentou uma interessante tese — *A função social dos bibliotecários e arquivistas*. No III Encontro, efectuado no Porto em Outubro de 1968, embora já muito doente, voltou a dar uma excelente colaboração, havendo feito parte da comissão promotora de uma reunião que primou pela excelente organização e apurada eficiência.

Deu igualmente excelente contributo para a revista da «sua» Biblioteca, a *Bibliotheca Portucalensis*, onde publicou os seguintes trabalhos:

- 1) *Leitura domiciliária. Nove anos de experiência*, 1, 1957, p. 99-107;
- 2) *Algumas cartas de Inocêncio Francisco da Silva*, 2, 1958, p. 145-154.
- 3) *A função social dos bibliotecários e arquivistas*, 7, 1967, p. 51-67.

O exemplo deste companheiro, — mais um que partiu do nosso convívio quando tudo havia a esperar da sua sã camaradagem e alta compreensão dos problemas por cuja resolução todos aspiramos, — deve ser continuado por nós, que devemos ser fiéis à sua memória e compartilhar do entusiasmo com que sempre se entregou para que houvesse uma perfeita compreensão da missão do bibliotecário e do arquivista.

Morte de Rocha Madahil

No dia 27 de Junho de 1969 faleceu, em Lisboa, com 76 anos de idade António Gomes da Rocha Madahil, que foi bibliotecário da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, conservador do Arquivo da mesma Universidade e director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga.

Polígrafo distinto, versou os mais vastos campos da erudição, desde a paleografia, a etnografia, a arqueologia, a história da tipografia, até à museologia. Foi bem o símbolo do erudito que o século passado nos legou e que já hoje vão rareando. Rocha Madahil nasceu em Ílhavo aos 10 de Dezembro de 1893, indo depois frequentar os liceus de Aveiro e de Coimbra em 1905 e 1913. Matriculou-se na Universidade de Coimbra onde frequentou as Faculdades de Direito e de Letras. Então, no ano de 1920, foi nomeado 3º oficial da secretaria do Liceu José Falcão, em Coimbra, cabendo-lhe a organização da respectiva biblioteca que tinha espécies muito valiosas, provenientes, em grande parte, dos conventos de Coimbra, extintos com o advento do liberalismo.

Passou, em 1927 a desempenhar as funções de 1.º Conservador da Biblioteca Geral da Universidade, transitando em Janeiro de 1932 para idêntico lugar do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra. Por portaria de 12 de Janeiro de 1953 foi nomeado director da da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga. Desde 1937 que dirigia o Museu Marítimo e Regional de Ílhavo, que fundou naquele ano.

Fundou igualmente em 1935, juntamente com os drs. José Pereira Tavares e Francisco Ferreira Neves, o *Arquivo do Distrito de Aveiro*, que é uma notável revista onde estão publicados alguns dos principais trabalhos sobre aquela região.

Na longa e vasta bibliografia de Rocha Madahil destacamos alguns dos seus trabalhos de maior interesse para os bibliotecários e arquivistas:

1) *A Biblioteca da Universidade de Coimbra e as suas marcas bibliográficas*, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 13, 1933, p. 161-231.

2) *Cartulário seiscentista da mitra de Braga*. Porto, 1967, 147 p. + 6 ests.

3) *Catálogo da colecção das cartas Jardim de Vilhena do Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1932, 59 p.

4) *O catálogo dos manuscritos da Biblioteca da Universidade*, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 8, 1926-1927, p. 89-130, 299-322; 9, 1930, p. 145-180, 440-465; 10, 1933, p. 250-308.

5) *Os códices de Santa Cruz*, in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, 8, 1926-1927, p. 379-420; 9, 1930, p. 192-229, 352-383; 10, 1933, p. 55-105; 11, 1934, p. 50-110.

6) *Considerações a propósito de gravuras e litografias de Coimbra*. Coimbra, 1952, 31 p. + 2 ests.

7) *Correspondência da Restauração*, Coimbra, 1929, 27 p.

8) *Crónica da fundação do mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da infanta Santa Joana filha del rei Dom Afonso V. (Códice quinhentista)*. Aveiro, 1939. XXXIX-300-4 inums. p. + 5 ests.

9) *A crónica inédita da congregação dos Agostinhos Descalços*. Coimbra, 1938, 58 p.

10) *Documentação artística do pintor lisbonense Joaquim Marques (1755-1822)*. Lisboa, 1951, 11 p. + 3 ests.

11) *Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a história do Brasil*. Coimbra, 1942, 46 p.

12) *Documentos medievais do convento de Seiça, certificados por Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo*. Porto, 1940. 46 p.

13) *Os ex-libris de Raul Xavier*. Figueira da Foz, 1963, 11 p.

14) *Ficheiro dos ex-libris portugueses antigos*. Lisboa, 1958, 12 p. + 20 ests.

15) *A Figueira da Foz e as freguesias do seu actual concelho descritas em 1721*. Figueira da Foz, 1934. 24 p.

16) *O foral manuelino de Ílhavo*. Coimbra, 1939. 23 p.

17) *Iconografia da infanta Santa Joana*. Coimbra, 1957. 152 p. + 3 ests.

18) *Ílhavo no século XVIII. As informações paroquiais de 1721 e de 1758*. Figueira da Foz, 1937. 51 p.

19) *Os incunábulo da biblioteca do Liceu de Coimbra*. Coimbra, 1922, 49 p.

20) *Os incunábulo da biblioteca da Faculdade de Medicina de Coimbra*. Coimbra, 1935, 23 p.

21) *As informações paroquiais da cidade de Coimbra recolhidas em 1721*. Coimbra, 1937, 57 p.

22) *A insígnia da Universidade de Coimbra. Esboço histórico*. Coimbra, 1937, 104 p.

23) *Inventário do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra à data da sua extinção*. Coimbra, 1943, 139 p.

- 24) *João Carlos, desenhador de ex-libris*. Coimbra, 1962, 26 p.
- 25) *Livro dos títulos do convento de São Domingos da cidade de Aveiro. Séculos XV e XVIII*. Aveiro, 1961, 100 p.
- 26) *A mais rara marca bibliográfica portuguesa*. Lisboa, 1929. 32 p. + 2 est.
- 27) *Milenário de Aveiro. Colectânea de documentos históricos. I—959-1516*. Aveiro, 1959, XVII+331 p.+28 est.
- 28) *Notícia do «Estro de Bingre»*. Aveiro, 1963, 4 inum.+80 p.
- 29) *Notícia e índice do livro dos registos da Câmara da Vila de Aveiro. 158 a 1792*. Aveiro, 1967, 48 p.
- 30) *Novas fontes de história local portuguesa. As informações paroquiais da diocese de Coimbra pedidas pela Academia Real da História em 1721*. Coimbra, 1934, 21 p.
- 31) *Novos documentos para a história da insígnia do selo da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1949, 29 p.
- 32) *Novos documentos para a história de Mem de Sá, governador-geral do Brasil*. Coimbra, 1951, p. 331-392.
- 33) *Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século quinze*. Lisboa, 1955, 39 p.
- 34) *D. Pedro da Encarnação e a livraria de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra, 1937, 20 p.
- 35) *Pontos da história do projectado Arquivo distrital de Aveiro*. Aveiro, 1965, 15 p.
- 36) *Prímicias da arte tipográfica em Coimbra. O «Repertório pera se acharem as materias no livro Spelho da consciencia», de 1530*. Coimbra, 1942, 54 p.
- 37) *O privilégio do isento de Santa Cruz de Coimbra*. Coimbra, 1940, 77 p.+6 est.
- 38) *A propósito de livreiros e impressores de Coimbra no século XVI*. Coimbra, 1941, 20 p.
- 39) *Registo arquivístico duma nova certidão de Fernão Lopes, de 1436, para Ribeira Lima*. Braga, 1954, 13 p.
- 40) *Relance sobre os ex-libris do Prof. Stanislav Kulhánek*. Porto, 1963, 28 p.+2 est.
- 41) *Tentativa de bibliografia de mestre António Augusto Gonçalves, insigne escritor e artista conimbricense*. Coimbra, 1947, 36 p.
- 42) *Tombo das águas de Ílhavo*. Aveiro, 1935, 18 p.

Deu também contribuições valiosas para outros estudos tais como:

- 1) Reedição da *Antimória*, de Aires Barbosa, feita em Coimbra no ano de 1960.
- 2) Prefácio ao trabalho de Manuel Canhão — *Os caracteres de imprensa e a sua evolução histórica, artística e económica em Portugal*. Lisboa, 1941.
- 3) Publicação do *Livro da fazenda e rendas da Universidade de Coimbra em 1570*. Coimbra, 1940.
- 4) Publicação do *Livro Verde da Universidade de Coimbra (cartulário do século XV)*. Coimbra, 1940.
- 5) Reedição do *Livro das vidas dos bispos da Sé de Coimbra*, de Pedro Álvares Nogueira. Coimbra, 1942.
- 6) Reedição do *Tratado da vida e martírio dos cinco mártires de Marrocos*. Coimbra, 1928.

A preparação técnica dos futuros bibliotecários, arquivistas e documentalistas

Por Decreto-Lei de 16 de Maio passado foram alteradas as condições de preparação dos bibliotecários e arquivistas.

Dado o interesse do diploma, que comentamos em editorial deste número, vamos transcrevê-lo na íntegra.

Decreto-lei n.º 49 009

Considerando que a carência de técnicos bibliotecários, arquivistas e documentalistas reveste aspectos particularmente graves;

Considerando que se torna, por isso, urgente promover e acelerar a formação desses técnicos;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Art. 1.º — A preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas passa a ser assegurada por um estágio organizado nos termos dos artigos seguintes:

Art. 2.º — O estágio funciona na imediata dependência da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes e realiza-se em bibliotecas ou arquivos a designar pelo Ministro da Educação Nacional.

Art. 3.º — O estágio compreende três períodos: o primeiro vai de 1 de Outubro ao último dia de Fevereiro; o segundo, de 1 de Março a 31 de Julho, e o terceiro, de 1 de Agosto a 31 de Dezembro.

Art. 4.º — Os estagiários obrigam-se a participar nos trabalhos dos serviços técnicos dos estabelecimentos em que o estágio decorrer e a assistir a sessões de seminário sobre as seguintes matérias:

1.º período:

Administração de bibliotecas.
 Catalogação-classificação — I.
 Documentação — I.
 Arquivística.
 Leitura e crítica de documentos — I.
 Mecanização.

2.º período:

Administração de arquivos.
 Catalogação-classificação — II.
 Documentação — II.
 Instituições portuguesas. Seus núcleos documentais.
 Leitura e crítica de documentos — II.

3.º período:

Administração de centros de documentação.
 Documentação — II.
 Informática.
 Sociologia da leitura e comunicação.
 Sociologia da informação.

§ único. As matérias incluídas neste elenco consideram-se de índole exemplificativa, podendo este ser alterado por despacho do Ministro da Educação Nacional, sob parecer da Junta Nacional da Educação.

Art. 5.º — Serão admitidos ao estágio os diplomados com um curso superior que forem aprovados em exame de aptidão.

§ 1.º — As provas realizam-se na 2.ª quinzena de Setembro.

§ 2.º — Os candidatos reprovados duas vezes não podem apresentar-se de novo a exame.

Art. 6.º — Os estagiários têm direito à remuneração que for fixada na lei orgânica das bibliotecas e arquivos.

Art. 7.º — Concluído o estágio com aproveitamento, os estagiários devem submeter-se a exame em que demonstrem os seus conhecimentos das matérias referidas no artigo 4.º. A aprovação neste exame confere direito ao diploma de bibliotecário-arquivista-documentalista.

§ único. As provas realizam-se em Janeiro.

Art. 8.º — A orientação dos estagiários e a direcção dos seminários competem normalmente a orientadores escolhidos entre diplomados com o antigo curso superior de bibliotecário-arquivista ou portadores do diploma a que se refere o artigo 7.º.

§ 1.º — A remuneração dos orientadores será fixada por portaria dos Ministros das Finanças e da Educação Nacional.

§ 2.º — Poderão excepcionalmente ser contratadas individualidades nacionais ou estrangeiras de reconhecida competência para, em condições especiais de prestação de serviço e de retribuição, desempenharem as funções de orientador. As condições de retribuição serão fixadas em cada caso por despacho do Ministro da Educação Nacional, com o acordo do Ministro das Finanças.

Art. 9.º — O diploma de bibliotecário-arquivista-documentalista, a que é equiparado o de bibliotecário-arquivista, constitui título indispensável para o provimento:

- a) Nos lugares técnicos de categoria igual ou superior a terceiro-bibliotecário, terceiro-arquivista ou terceiro-conservador das bibliotecas e arquivos do Estado e autarquias locais;
- b) Nos lugares de documentalista dos serviços do Estado e autarquias locais.

§ único — O disposto no presente artigo não é aplicável:

- a) Aos lugares de director das bibliotecas nacionais centrais (Biblioteca Nacional de Lisboa e Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra), do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo da Universidade de Coimbra;
- b) Aos lugares das bibliotecas escolares que por disposição expressa de lei tenham de ser ocupados por professores;
- c) Aos funcionários que à data da publicação deste decreto-lei ocuparem lugares técnicos de categoria igual ou superior a terceiro-bibliotecário ou terceiro-conservador, relativamente ao provimento em outros lugares do seu quadro.

Art. 10.º — Fora dos casos previstos no artigo anterior e seu parágrafo, o diploma de bibliotecário-arquivista-documentalista constitui título de preferência para provimento nos restantes lugares técnicos das bibliotecas e arquivos do Estado e autarquias locais.

Art. 11.º — Dentro de sessenta dias, a contar da entrada em vigor do presente decreto-lei, será publicado o regulamento do estágio. (*Diário do Governo*, I série, n.º 116, 1969.5.16).

A XXXIX Feira do Livro em Lisboa

De 16 de Maio a 5 de Junho de 1969, decorreu, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, mais uma Feira do Livro, a trigésima nona até agora efectuada na capital. O certame deste ano apresentou sessenta e cinco pavilhões com capacidade para duzentos mil livros, ocupando a Feira quinhentos e vinte oito metros quadrados.

Realizaram-se o Dia da Criança, do Bibliotecário, do Brasil, do Ultramar, da Câmara Municipal de Lisboa e da Imprensa. Em paralelo com o certame várias editoriais promoveram palestras sobre teatro, poesia, romance, etc., Também se efectuou o habitual concurso sobre o melhor artigo publicado relativo a esta Feira, saindo vencedor o jornalista do *Diário de Lisboa*, Joaquim Benite, com o trabalho *O livro na Avenida: a Feira precisa de subir ao povo*.

No dia 20 de Maio decorreu o *Dia do Bibliotecário*, que serviu, uma vez mais, para a troca de pontos de vista entre livreiros e bibliotecários. A nossa colega Natália Nunes, que é também uma distinta escritora, versou largamente o tema das relações entre os editores e os autores, e o presidente do Grémio dos Editores e Livreiros, Dr. Borges de Castro, referiu-se igualmente à questão, que é do maior interesse para todos os que estão ligados à vida do livro.

Agora um pequeno comentário final: a Feira do Livro de Lisboa, tal como a do Porto, é um acontecimento da maior transcendência para a sorte do livro. Por isso merece que a iniciativa seja acarinhada e sempre melhorada. Portanto, às vezes, ficamos um pouco perplexos quando vemos estas iniciativas serem objecto de críticas impiedosas, pois uns dizem que as barracas são más, outros que os livros são caros, outros ainda que o local é acanhado, que devia haver uma maior expansão de tais actividades, etc., etc. Tudo poderá ser filho da boa vontade em querer sempre mais e melhor, o que é excelente. Mas tais críticas não devem ser tão impiedosas — como às vezes acontece em certos jornais e com certas críticas — que leve a deitar completamente por terra uma iniciativa sempre meritória. Que o óptimo não seja inimigo do bom...

1.º Festival Internacional do Livro

De 31 de Maio a 9 de Junho de 1969, realizou-se em Nice o 1.º Festival Internacional do Livro que esteve patente numa exposição aberta diariamente ao público até às 22 h. Estiveram representadas todos os editores franceses e muitos de vários outros países, num total de treze. A exposição compreendia quatro secções: pavilhões nacionais, «stands» dos editores, secções culturais e oficinas do livro.

Durante o Festival promoveram-se:

A — Colóquios

1. La place du livre dans l'information de l'homme moderne.
2. Le livre et les loisirs.
3. Livre et création.
4. Face à face: le livre et l'audiovisuel.
5. Le livre d'art et de bibliophilie.

B — Conferências

1. Poésie — Luc Bérimont.
2. Nature — Dr. Méry.
3. Enfant — Ménie Grégoire.

4. Radio-Cinéma-Télévision — Roger Vrigny.
5. Arts — A. Fermigier.
6. Sciences et Techniques — Michel Chodkiewicz.
7. Littérature-Théâtre — Robert Kauters.
8. Histoire et Document — Henri Amouroux.

C — Mesas Redondas

1. L'homme devant la nature avec des écrivains sportifs.
2. Réparation du livre vivant.
3. Débat auteurs-réalisateurs.
4. Face à face auteurs.
5. Auteurs «témoins de leur temps».

Portugal, por iniciativa do Instituto de Alta Cultura, concorreu a este certame com a colaboração da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, da Fundação Calouste Gulbenkian, do Grémio dos Editores e Livreiros e de outras entidades.

No pavilhão de Portugal foram apresentadas edições portuguesas, distinguindo-se os livros artísticos e de literatura infantil.

De algumas obras raras, que não puderam figurar na exposição, projectaram-se diapositivos.

Seminário sobre Informática

De 23 de Junho a 4 de Julho, realizou-se um Seminário sobre Informática em Lisboa, no Instituto Nacional de Estatística.

Para este Seminário deram a sua colaboração vários especialistas da OCDE, do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos de França e de empresas especializadas estabelecidas em Portugal.

Os trabalhos foram orientados pelo Dr. Pais Morais, subdirector do Instituto Nacional de Estatística, e do programa transcrevemos os temas tratados e discutidos: 1 — Tratamento automático da informação, conceito do computador — orgânica e possibilidades; 2 — Sistemas de entrada e saída, a cargo de várias empresas; 3 — Análise de uma operação; 4 — Linguagem e programação; 5 — Técnicas de utilização; 6 — Operações correntes; 7 — Os grandes inquéritos; 8 — Aplicações do método matemático em estatística.

Dentre os especialistas que deram a sua colaboração distinguiram-se os senhores A. Cohen, representante da OCDE, e Jean Panafieu, administrador do departamento de Informática do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Económicos de França. O Prof. A. Kaufmann, um dos maiores especialistas mundiais em Informática, professor do Institut Polytechnique de Grenoble, Conselheiro Científico da Compagnie Bull General Electric e perito junto da Unesco, pronunciou uma conferência subordinada ao tema «Os quadros e a revolução informática».

Participaram nos trabalhos funcionários superiores do Instituto Nacional de Estatística, Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Economia, Gabinete de Estudos Sociais da Direcção-Geral da Assistência, Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-obra e Instituto Nacional de Investigação Industrial.

Seminário sobre a automatização em Documentação

A Directoria do Ensino Industrial do Ministério da Educação e Cultura e o Centro de Ensino Técnico de Brasília promoveu de 7 a 9 de Maio de 1969 um *Seminário sobre a Automação na Documentação*, que decorreu nas instalações desta última instituição.

O programa foi o seguinte:

Dia 7 — «A Informática no Plano Internacional em 1968», pelo Prof. Abner Lellis Vicentini; Dia 8 — «Algumas aplicações de mecanização na Biblioteca da Câmara dos Deputados», pela Prof.^o Cordélia Robalinho de Oliveira Cavalcanti, da Faculdade de Biblioteconomia e Informação Científica da Universidade de Brasília; «Equipamento cibernético na Informática», pelo eng. João Luís Vollmer Mota Pais, representante técnico da IBM do Brasil; Projectão do filme de curta metragem: «Recuperação de Informações»; Dia 9 — «Utilização da Classificação Decimal Universal em sistemas mecanizados de recuperação de informações», pelo Prof. Abner Lellis Vicentini; «O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e a automação de seus serviços», pela Prof.^a Célia Ribeiro Zaher, presidente do IBBD.

Aos inscritos neste curso, cuja organização esteve a cargo da bibliotecária Doris de Queirós Carvalho, foram conferidos certificados de participação.

Projecto do novo programa da Federação Internacional de Documentação

Na sua reunião em Tunis, de 22 a 25 de Abril de 1969, o conselho da FID procurou estabelecer um novo programa de acção, baseado nas actuais tendências da informação e da documentação.

O Conselho procurou orientar esse programa sobre as *estruturas científicas* para:

- 1) Definir linhas orientadoras na investigação;
- 2) Dar a assistência necessária;
- 3) Coordenar a investigação a um nível internacional;
- 4) Organizar congressos internacionais, publicando as suas actas;
- 5) Formar comissões especiais *ad hoc* para estudar os problemas relativos à informação científica e técnica.

Quanto às *áreas de pesquisa* são tarefas mais urgentes da FID as seguintes:

- a) Estudo e avaliação dos sistemas de informação nacionais e internacionais;
- b) Alargamento das pesquisas relativas à teoria da informação científica;
- c) Desenvolvimento da CDU até se formar um sistema internacional unificado de indexação para documentos científicos;
- d) Desenvolvimento da eficácia dos meios convencionais e criação de sistemas de informação mecanizados;
- e) Medidas tendentes a resolver o problema da «barreira da linguagem».

Para preparar o programa provisório, o Conselho formou uma comissão composta por A. I. Mikhailov, presidente, e H. Arntz, R. Harte e F. A. Sviridov, vogais. Este programa deverá reflectir os interesses predominantes dos membros nacionais, bem como os de outras organizações internacionais em actividade no campo da informação.

Louvado o Pessoal da Biblioteca Nacional

Considerando o facto de inteira justiça, «Cadernos» congratulam-se e transcrevem do *Diário do Governo*:

«Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Educação Nacional, que seja dado público testemunho de louvor a todo o pessoal da Biblioteca Nacional de Lisboa pelo zelo e dedicação afirmados durante os trabalhos de transferência dos serviços da mesma Biblioteca para as suas novas instalações». (*Diário do Governo*, II Série, n.º 118. 1969-Maio-19).

Acesso à Documentação dos Arquivos

Por despacho ministerial de 28 de Dezembro de 1968, foi aprovado o seguinte regulamento:

«1. É livre, por princípio, o acesso aos documentos guardados em arquivos públicos e bibliotecas públicas do Estado, autarquias locais, organismos de coordenação económica e entidades regularmente subsidiadas pelo Estado.

1.1 Excepcionalmente, porém, tal acesso poderá ser limitado, a título acidental ou temporário, pelos directores ou responsáveis dessas instituições, quando estiverem em causa superiores interesses da Nação, ou a conservação das espécies, devendo, neste último caso, ser facultada a consulta de um símile do documento acautelado.

2. É livre, por princípio, a reprodução dos documentos referidos em 1., devendo, porém, observar-se o estabelecido em 1.1.

2.1 Se a reprodução for feita por processo de matriz e prova, a matriz será propriedade da instituição detentora da espécie reproduzida.

2.2 Se a espécie for reproduzida em mais de 50 (cinquenta) exemplares, o requerente deverá entregar à entidade detentora 3 (três) exemplares da tiragem, sob pena de lhe ser vedado, enquanto o não fizer, o acesso às instituições referidas em 1.

Destes exemplares, um ficará na instituição, outro será enviado à Biblioteca Nacional de Lisboa e o último à Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra».

Sala de Leitura na «Varig»

No seu 42.º aniversário a «Varig» inaugurou nas caves das suas instalações em Lisboa, agora remodeladas, uma acolhedora sala de leitura onde o público em geral — e não só os passageiros daquela companhia — podem consultar jornais e revistas do Brasil.

Homenageado o Bibliotecário Municipal de Beja

Ao atingir a aposentação, após quarenta e dois anos de serviço como bibliotecário da Biblioteca Municipal de Beja, o senhor Carlos Augusto Ponces Canelas foi homenageado em cerimónia efectuada nos Paços do Concelho, durante a qual lhe foi entregue a medalha de prata da cidade. Usaram da palavra o Presidente do Município, o Governador Civil do distrito e o homenageado.

Exposições Bibliográficas

* A Biblioteca de John Carter Brown, em Providence (Rhode Island), adquiriu recentemente vários, importantes e raros livros sobre as primeiras explorações portuguesas nas Índias Orientais e no Brasil. Dentre as raridades salienta-se um dos cinco exemplares que se

sabe existirem da «História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses», de Fernão Lopes de Castanheda, e que se crê ter sido impresso em 1551. Possui também um exemplar dos «Lusíadas» de Luís de Camões, o mais famoso épico português, que foi impresso em 1572. Destacam-se ainda várias outras obras portuguesas e brasileiras que constituem uma parte da exposição geral sobre a história das Américas. (Excerto de uma carta do Sr. Abílio de Oliveira Águas, de 21 de Maio de 1969). (VÍTOR GUERRA).

* Sempre no desejo de tornar Portugal mais conhecido, o leitor de português da Universidade de Salamanca organizou, em colaboração com o Centro Lusíada, uma exposição bibliográfica.

Assim, no dia 17 de Abril às 19 horas, com a presença do vice-reitor da Universidade, do secretário-geral, do decano da Faculdade de Filosofia e Letras, do chefe do Departamento de Linguística Românica, do Consul de Portugal em Salamanca, do presidente do Centro Lusíada, de catedráticos e demais professores universitários, inaugurou-se a dita exposição. Nela se podiam ver cerca de cem obras antigas, pertença da Biblioteca da Universidade e do Seminário de Português da Faculdade de Filosofia e Letras. Destacavam-se pela sua beleza e valor, obras como «o Tratado da Esfera» de Francisco Faleiro (1535); as «Décadas da Ásia» de João de Barros; as do humanista António de Gouveia; uma colecção das Crónicas Conventuais Portuguesas; a obra do célebre humanista Aires Barbosa, professor que foi da Universidade de Salamanca; as do autor da «Guerra da Catalunha»; de D. Francisco Manuel de Melo, etc. Em lugar destacado podiam contemplar-se alguns preciosos manuscritos do Arquivo Universitário e um «Tratado sobre a gente da nação», oferecido aos prelados que se apresentaram às Cortes de Tomar (1581).

A exposição foi apresentada pelo bibliotecário da Universidade, doutor Florêncio Marcos, que agradeceu a presença das autoridades e se referiu ao conteúdo da exposição e ao significado que ela representava nas relações culturais entre Portugal e Espanha. Referiu-se ao historial dessas mesmas relações nos séculos xv, xvi e xvii.

Em seguida falou o decano da Faculdade de Filosofia e Letras, professor Ruy Pérez Sanchez, que se congratulou pela realização desta Exposição fazendo, votos para que ela marque uma nova etapa na vida dos estudos portugueses na Universidade de Salamanca.

Por último o vice-reitor da Universidade declarou inaugurada a Exposição.

Ao lado das obras antigas podiam ver-se obras dos nossos melhores escritores deste século, nomeadamente de Teixeira de Pascoais, Guerra Junqueiro, Eugénio de Castro, Alves Redol, Fernando Namora, Agustina Bessa Luís, Irene Lisboa, Vitorino Nemésio, José Régio, Tomás de Figueiredo, etc. Todas estas obras pertenciam à Biblioteca do Centro Lusíada.

A ornamentar a sala, pendiam das paredes artísticas fotografias da Arte Portuguesa, oferta do Instituto de Alta Cultura ao Litorado Português.

* Na biblioteca do Liceu Normal de D. João III, em Coimbra, esteve aberta ao público, de 3 a 10 de Maio, uma exposição bibliográfica sobre «Pedro Álvares Cabral e a descoberta do Brasil».

* De 17 de Março a 29 de Abril, na Biblioteca Nacional de Camberra, Austrália, esteve patente ao público uma *exposição de livros portugueses e brasileiros*. Dado o seu êxito, ao fim destas seis semanas previstas, o prazo de abertura ao público foi prorrogado por mais dez dias.

Estiveram expostas obras raríssimas, relativas na sua maior parte às descobertas e explorações portuguesas no Extremo Oriente e na Malásia, algumas do século xv.

Foram escolhidas entre as 18 000 obras sobre Portugal e Brasil, que o Governo australiano adquiriu ao colecionador J. M. Braga, actualmente consultor da Biblioteca Nacional de Camberra.

Esta exposição constituiu a primeira realização pública no novo edifício desta biblioteca, há pouco inaugurado. O recinto encontrava-se decorado com painéis alusivos às explorações e aos descobrimentos marítimos portugueses e com cartas marítimas e gravuras antigas, quer de mapas do Brasil, quer de Portugal europeu, de Goa, das costas de África e de Macau, cedidos, a título de empréstimo, pela Embaixada de Portugal em Camberra.

* LUGARES QUE FORAM POSTOS A CONCURSO

Câmara Municipal de Lisboa

Concurso de promoção para bibliotecário-chefe (2.º concurso)

Lista provisória do candidato ao concurso de promoção para bibliotecário-chefe do quadro do pessoal maior dos serviços especiais, a que se refere o aviso publicado no *Diário de Lisboa*, n.º 19, 3.ª Série, de 23 de Janeiro último:

Candidato admitido: Maria do Carmo Borges Palma. (*Diário do Governo*, III Série, n.º 99, 1969-Abril-26).

Arquivo Distrital do Funchal

São avisados os primeiros-bibliotecários e os primeiros-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, bem como os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do mesmo quadro com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado decreto-lei, o seu provimento no lugar de primeiro-conservador (director) do Arquivo Distrital do Funchal.

Os requerimentos, acompanhados da declaração a que alude o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 108, 1969-Maio-7).

Serviços de Economia do Ultramar

Nos termos do artigo 17.º do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, conjugado com o n.º 6 do artigo 21.º do Decreto n.º 47 639, de 13 de Abril de 1967, torna-se público que está aberto concurso documental para o provimento de uma vaga de bibliotecário documentalista do quadro comum dos serviços de Economia do Ultramar, com colocação na província de Moçambique, pelo prazo de trinta dias, a contar do dia imediato ao da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*.

Os candidatos deverão entregar na Repartição do Pessoal Civil da Direcção-Geral de Administração Civil, deste Ministério, o respectivo requerimento, dirigido a S. Ex.ª o Ministro do Ultramar, no qual deverá constar o nome, filiação, idade, estado, número do bilhete de

identidade e serviço do Arquivo de Identificação que o conferiu; naturalidade e residência e instruído com a seguinte documentação:

- a) Pública-forma da carta de curso de uma das secções da Faculdades de Letras do País;
- b) Certidão donde conste a média final do referido curso;
- c) Documento comprovativo de possuir a especialização de bibliotecário-arquivista, nos termos do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1969;
- d) Certidão de nascimento, de teor;
- e) Documento comprovativo de ter cumprido os preceitos da Lei do Serviço Militar;
- f) Declaração a que respeita o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936;
- g) Declaração de honra a que se refere a Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935;
- h) Quaisquer outros documentos que os candidatos entendam que devam ser apreciados pelo júri.

Todos os documentos devem trazer as assinaturas reconhecidas por notário ou autenticadas com o selo branco dos serviços que os passarem. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 142, 1969-Junho-19).

Vários

* Nos termos dos artigos 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento dos seguintes lugares do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968):

De terceiro-bibliotecário:

- Um lugar na Biblioteca Nacional de Lisboa.
- Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.
- Um lugar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Um lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

De terceiro-conservador:

- Um lugar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Um lugar no Arquivo Distrital de Viseu.
- Um lugar no Arquivo Distrital do Porto.
- Um lugar na biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.
- Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Podem concorrer:

- a) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;
- b) As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;
- c) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os requerimentos deverão dar entrada nesta Direcção-Geral no prazo de trinta dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 108, 1969-Maio-7).

* São avisados os segundos-bibliotecários e os segundos-conservadores do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei

n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), com, pelo menos, um ano de serviço no lugar que ocupam, bem como os terceiros-bibliotecários e os terceiros-conservadores do mesmo quadro com, pelo menos, três anos de serviço nesta categoria, de que podem requerer, nos termos do artigo 15.º do citado Decreto-Lei, o seu provimento nos seguintes lugares:

De segundo-bibliotecário:

- Um lugar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Um lugar na Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.
- Um lugar na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

De segundo-conservador:

- Um lugar no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Um lugar no Arquivo Distrital do Funchal.
- Um lugar na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Os requerimentos, acompanhados da declaração a que alude o Decreto-Lei n.º 27 003, de 14 de Setembro de 1936, devem dar entrada nesta Direcção-Geral dentro do prazo de quinze dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 109, 1969-Maio-8).

* Nos termos dos artigos 12.º e 14.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965, é aberto concurso para provimento dos seguintes lugares do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968):

De terceiro-bibliotecário:

- Um lugar na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Ponta Delgada.
- Um lugar na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.
- Um lugar na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

De terceiro-conservador:

- Dois lugares no Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Um lugar no Arquivo Distrital de Viseu.
- Um lugar no Arquivo Distrital do Porto.
- Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto.
- Um lugar na Biblioteca da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Podem concorrer:

- a) As pessoas habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista;
- b) As pessoas que, embora ainda não habilitadas com o curso de bibliotecário-arquivista, já possuam aprovação nos exames finais de todas as disciplinas do mesmo curso;
- c) As pessoas habilitadas com um curso superior.

Os requerimentos deverão dar entrada nesta Direcção-Geral no prazo de quinze dias, a contar da publicação do presente aviso no *Diário do Governo*. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 155, 1969-Julho-4).

* MOVIMENTO BIBLIOTECÁRIO

* Por ter saído com inexactidão no *Diário do Governo*, n.º 73, 2.ª série, de 27 de Março de 1969, novamente se publica o seguinte:

Por despacho de 10 do mês findo:

Fernando Ferrão da Silva — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Biblioteca da Academia Nacional de Belas-Artes. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 89, 1969-Abril-15).

* Licenciada Maria Teresa Galdes Barbosa Acabado — exonerada de segundo-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), em serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, por ter sido provida noutro cargo. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 97, 1969-Abril-24).

* Licenciada Maria Natália Pereira de Figueiredo — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-bibliotecário do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 100, 1969-Abril-28).

* Licenciado António Manuel de Sousa Aragão Mendes Correia, segundo-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), na situação de licença ilimitada — autorizado a regressar ao serviço. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 122, 1969-Maio-23).

* Francisco França Amado, segundo conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489 de 18 de Julho de 1968), em serviço na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — reconduzido definitivamente no lugar de segundo-conservador da mesma Faculdade. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 141, 1969-Junho-18).

* Julieta Alves Teixeira da Mota — aprovado o termo do contrato para, como terceiro-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), prestar serviço como director do Arquivo Distrital de Setúbal. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 137, 1969-Junho-12).

* Licenciada Maria Clara de Sá Cruz Pereira da Costa — nomeada segundo-conservador do quadro referido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 46 350, de 22 de Maio de 1965 (nova redacção do Decreto-Lei n.º 48 489, de 18 de Julho de 1968), para prestar serviço no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. (*Diário do Governo*, II Série, n.º 153, 1969-Julho-2).